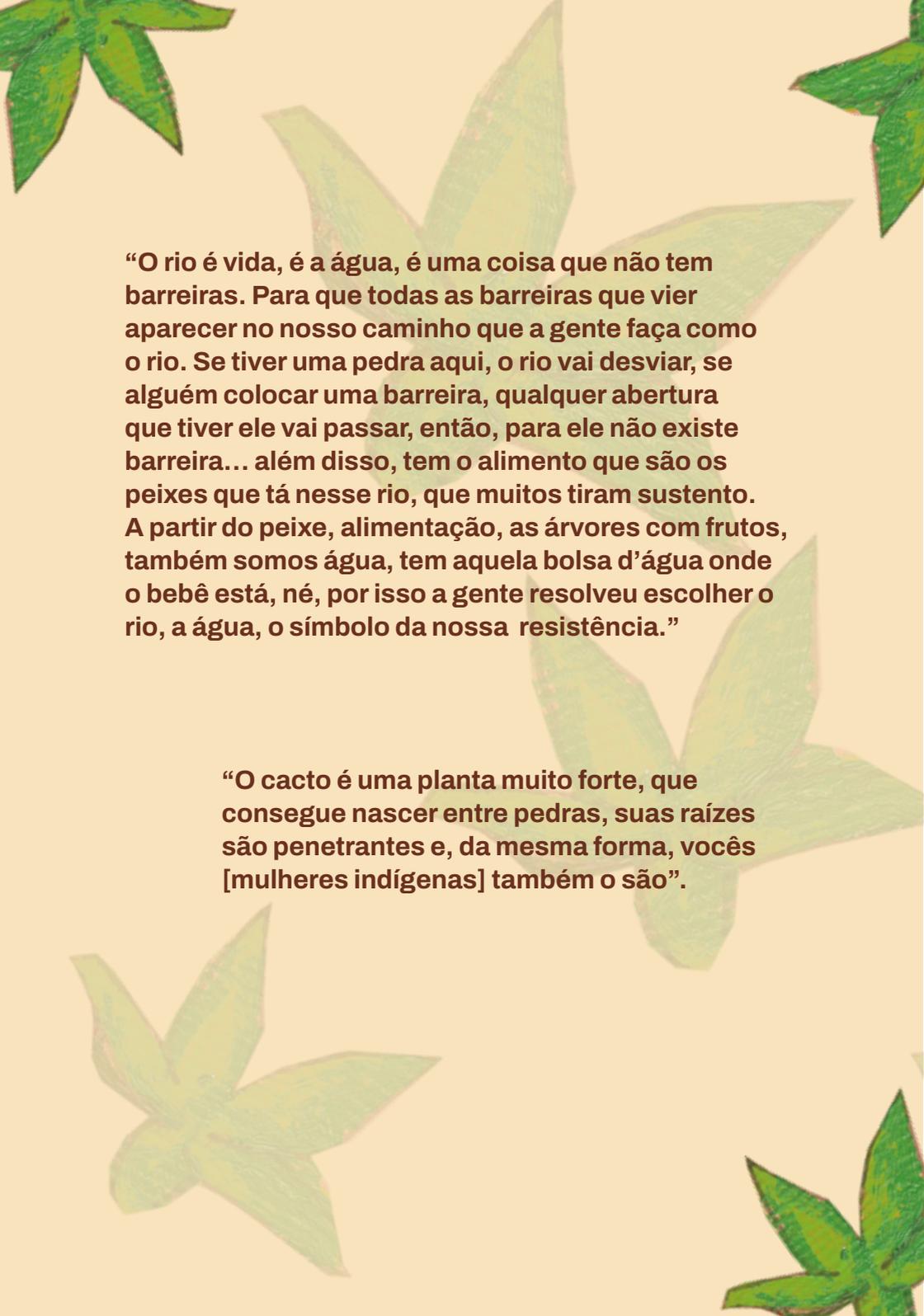




**CUIDADOS E
PREVENÇÃO NO
ENFRENTAMENTO
À VIOLÊNCIA
CONTRA MULHERES
NO RIO NEGRO**





“O rio é vida, é a água, é uma coisa que não tem barreiras. Para que todas as barreiras que vier aparecer no nosso caminho que a gente faça como o rio. Se tiver uma pedra aqui, o rio vai desviar, se alguém colocar uma barreira, qualquer abertura que tiver ele vai passar, então, para ele não existe barreira... além disso, tem o alimento que são os peixes que tá nesse rio, que muitos tiram sustento. A partir do peixe, alimentação, as árvores com frutos, também somos água, tem aquela bolsa d’água onde o bebê está, né, por isso a gente resolveu escolher o rio, a água, o símbolo da nossa resistência.”

“O cacto é uma planta muito forte, que consegue nascer entre pedras, suas raízes são penetrantes e, da mesma forma, vocês [mulheres indígenas] também o são”.



“Nosso potencial como mulher indígena é que a gente não define ser só uma. Nós somos agricultoras, nós somos artesãs, nós somos professoras, lideranças, esse é o bom. Esse acho que é o nosso traço do coletivo mesmo.”

“Na verdade, nós mulheres, nós somos a base de tudo, né? A gente cuida dos nossos filhos, a gente cuida dos nossos esposos, a gente cuida da alimentação.”

“As mulheres estão à frente de tudo, principalmente buscando o bem viver da região, das famílias onde elas moram.”

Essas falas e pensamentos foram expressos por mulheres indígenas rionegrinas em contextos de encontros, rodas de conversas e na produção do documentário Rionegrinas.



EDITORIAL

Essa publicação foi organizada pelo Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN), em parceria com o Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental PRN/ISA, e a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP)¹, mas os textos e reflexões são fruto de muitas trocas, conversas e aprendizados gerados ao longo dos últimos cinco anos, quando a temática de enfrentamento à violência contra mulheres ganhou força na região do Rio Negro. Durante esse tempo, fomos fomentadoras de rodas de conversas, pesquisas colaborativas com o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas da Universidade Federal do Amazonas (OVGAM/UFAM). Produzimos campanhas, cartilhas e também o I Módulo de Formação de Promotoras Legais Populares Indígenas. Participaram desse movimento muitas mulheres e lideranças rionegrinas.

Os objetivos deste livreto envolvem as necessidades de: registrar e **fazer circular produções e reflexões**; formular um passo a passo de **abordagens e cuidados para que as mulheres rionegrinas possam enriquecer e**

1 As pesquisadoras da FSP/USP envolvidas nesta produção fazem parte do Departamento de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade e participam do Coletivo de Pesquisa em Antropologia, Arte e Saúde (CPaS-1) bem como dos projetos "Através do limite: diferenciação, relação e práticas de cuidado em contextos críticos na fronteira Amazônica - ênfase em sexualidade, gênero, ciclos de vida e etnia." (Processo Fapesp 2019/01714-3) e o Projeto-rede "Cosmopolíticas do Cuidado no fim do mundo: gênero, fronteiras e agenciamentos pluri epistêmicos com a saúde pública" (Processo Fapesp 2021/06897-9).

fortalecer ainda mais suas formas de enfrentar as violências; bem como apoiar o fortalecimento de uma rede de prevenção, trocas de experiências e estratégias de cuidados coletivos.

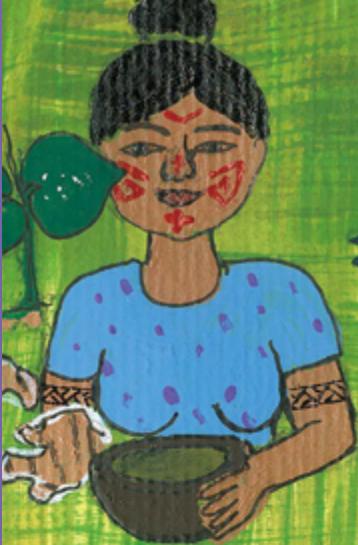
Na primeira parte da publicação, trazemos um breve histórico de algumas das realizações colaborativas dos últimos anos, apresentando uma caracterização da violência contra as mulheres no município, bem como um resumo do I módulo do Promotoras Legais Populares Indígenas -- sempre permeadas por muitas reflexões e um desejo coletivo de transformar, fortalecer e cuidar.

Na segunda parte, apresentamos algumas estratégias utilizadas pelas rionegrinas no enfrentamento às violências vivenciadas e também alguns mecanismos institucionais que podem auxiliar as mulheres que desejarem, especialmente as que vivem na cidade de São Gabriel da Cachoeira, a denunciarem os casos de violências com vítima mulher.

E, por fim, a última seção, que corresponde às orientações para elaboração e condução de rodas de conversas sobre violências contra as mulheres indígenas do Rio Negro, que foi escrita como uma resposta à demanda de muitas mulheres indígenas e lideranças da região, que nos procuram com vontade de provocar mudanças cuidadosas em suas comunidades e bairros, acreditam na potência das rodas de conversas e no fortalecimento das soluções locais, mas têm dúvidas de como abordar a temática e conduzir essas atividades.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	4
REFLEXÕES E CONCEITOS NO CAMINHO DA ROÇA	8
DEPARTAMENTO DE MULHERES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	19
REDE DE MULHERES DO RIO NEGRO	27
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS LEIS BRASILEIRAS	32
A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO RIO NEGRO EM NÚMEROS	36
DESTAQUES DO I MÓDULO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES INDÍGENAS.....	44
FORMAS LOCAIS DE PREVENIR E ENFRENTAR AS VIOLÊNCIAS	52
REDES DE APOIO E SERVIÇOS EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	63
ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E CONDUÇÃO DE RODAS DE CONVERSAS SOBRE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	67
PASSO A PASSO PARA REALIZAR RODAS DE CONVERSA SOBRE CUIDADOS E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO RIO NEGRO	74
REFERÊNCIAS E SUGESTÕES DE LEITURAS	76





REFLEXÕES E CONCEITOS NO CAMINHO DA ROÇA

Elizângela da Silva Costa, Baré, liderança indígena com origem em Cué Cué Marabitanas, e doutoranda pela Faculdade de Saúde Pública da USP, compartilha conosco algumas de suas reflexões. A leitura vale muito a pena e nos convida para pensar juntas e juntos sobre questões e conceitos muito utilizados pelo movimento indígena e de direitos humanos e como eles são significados e vivenciados por ela no contexto ronegrino.

“

Um certo dia, eu lá na roça capinando, olhando para as manivas, as bananeiras, abacaxi e pimenteira, pensei: *olha onde estou! Olha o que estou fazendo! Olha do que ou como eu sou capaz! Olha o que consigo fazer!*

Um certo dia, entre as anciãs artesãs, olhando para os trançados das varandas, olhando trançado do pulsar, olhando tecelagens dos novelos e pinturas naturais: *olha onde estou! Olha o que estou fazendo! Olha do que ou como eu sou capaz! Olha o que consigo fazer!*

Um certo dia, eu lá em assembleia da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN, cercada por conhecedores tradicionais, líderes compostos por sabedoria ancestral, anciões e anciãs, sonhos radiantes, os letrados e não letrados sonhando para o coletivo e com coletivo: *olha onde estou, olha o que estou fazendo! Olha do que ou como eu sou capaz! Olha o que consigo fazer!*

Um certo dia, eu lá em Brasília, participando da III Marcha das Mulheres Indígenas, cercada por sabedorias ancestrais e não ancestrais, sabedoria da dominação e sabedoria de resistência: *olha onde estou! Olha o que estou fazendo! Olha do que ou como eu sou capaz! Olha o que consigo fazer!*

Com isso, um certo dia cheguei e perguntei a mim mesma, fiz perguntas e eu mesma respondi, certa não sei se estou:

O QUE SE ENTENDE POR “DIREITO” NO RIO NEGRO?

R: Para mim, uma kuyã que cresceu entre a sociedade tradicional e sociedade ocidental: direito tradicional é poder fazer as coisas que gosto sem precisar ser forçada a nada, gostar da língua que falo, ouvir mitos, tratar peixe, ir pra roça, catar frutas na floresta, extrair matérias primas, confeccionar artesanato, viver em harmonia com os seres da cosmologia que pertencço e viver em harmonia com a família, comunidade e território. Direito ocidental é ter acesso de como o Estado brasileiro está organizado, direitos básicos como povos originários da Terra, educação, lazer, trabalho digno e a saúde.

Olhando para esses dois tipos de direito, para mim, o direito se resume em poder vivenciar esses dois espaços onde, através disso, podemos organizar estratégias de refugiar-mos as nossas ancestralidades e assim, em momentos difíceis, ressurgir, mostrar que somos a cura da terra.

O QUE SE ENTENDE POR “GÊNERO” NO RIO NEGRO?

R: Aqui conhecemos gênero como a colonização nos ensinou, “homem e mulher”, além de nos separar como se fossemos feijão ou arroz.

Na perspectiva do não indígena, explica-se a divisão sexual do trabalho com o exemplo da roça. Mas antes, na roça, os homens marcavam os espaços, identificavam onde tinha igarapé e depois a mulher levava seu aturá e encontrava cipó, patauá, bacaba, ucuqui e pedia para o homem catar e ela identificava se o lugar era bom ou não. Então o trabalho era coletivo. Mas o homem não pode pegar massa, por exemplo. As mulheres viram a dona da roça, porque elas sabem quais manivas dão para fazer a maniçoba, a farinha, o beiju, cará, pimenta, e o homem não consegue ver isso.

Ao chegarem, mudaram nossa organização social: mulher fica aqui, homem fica aqui e criança fica ali. No entanto, muitas de nossas atividades feitas por nossos antepassados são coletivas. Por isso tínhamos malocas enormes, onde isso era construído em grande ajuri, roçados, canoas. Hoje em dia, por causa da individualidade, não conseguimos mais ter roçados enormes, porque já não exercemos essas atividades em coletividade.

Para nós, indígenas, essa coisa de gênero surgiu da sociedade colonizadora. Já na perspectiva indígena, chamamos de cultura, porque muitas atividades que realizamos são feitas coletivamente.

O QUE É “EMPODERAMENTO” PARA MULHER INDÍGENA DO RIO NEGRO?

É uma forma que traz a nós, rionegrinas, respeito, dignidade, companheirismo, diálogo e oportunidade. É também organizar e fortalecer a nossa coletividade, que possamos respeitar o território e sermos multiplicadoras dessa palavra.

O empoderar é ser companheira em espaço que vivenciamos, compartilhando os aprendizados que recebemos do nosso cordão umbilical, nossa espiritualidade ancestral que herdamos dos lugares sagrados, dos mitos, dos artesanatos, dos cantos e grafismos.

O empoderar é lutarmos para construir políticas públicas inclusivas e específicas para as mulheres indígenas.

O empoderar é ajudar as companheiras mulheres rionegrinas a sair da invisibilidade e construir o seu plano de vida junto a comunidade e território.

O empoderar é olhar para as mulheres como detentoras de conhecimentos que curam, que organizam e reconstróem espaços com intuito de sempre buscar o bem-estar social de seu povo.

O empoderar para a mulher indígena é vivenciar em diversos espaços, levando para a sociedade indígena e não indígena saberes que curam. É mostrar que carregamos em nossas

vivências saberes que podem contribuir com o bem-estar de nosso território indígena e o do não indígena.

O empoderar para a mulher indígena é antídoto para descolonizar, trazendo visões indígenas que visam desconstruir os rabiscos feitos sobre os povos originários (o que foi escrito sobre os povos indígenas).

Empoderamento também significa ocupar espaços, participação das mulheres em lugares de tomada de decisão.

Ocupar espaços é ter um corpo-escuta, onde podemos juntas elaborar estratégias de sobrevivência, onde sabemos que a cultura no rio Negro é muito dinâmica.

Ocupar espaços para nós, mulheres rionegrinas, é estar preservando a língua, mitos, cantos grafismos, artesanatos e alimentação tradicional, reavivadas no cotidiano.

Ocupar espaços para nós, mulheres rionegrinas, é construir diálogos que emergem lutas coletivas.

Ocupar espaços é lutar contra a colonização, através das vozes que foram silenciadas.

Ocupar espaços é podermos falar, rabiscar e escrever sobre as forças ancestrais.

O QUE SIGNIFICA OCUPAR ESPAÇO DE DECISÃO PARA MULHER INDÍGENA?

Para a mulher rionegrina, espaço de decisão se configura o chamado de espaço institucional. Este foi organizado através de mãos, pensamentos e visões que pretendem poder e dominação, fazendo com que, para podermos chegar lá, precisamos passar por ter essa cosmovisão da sociedade dominadora.

Além do mais, ocupar espaço de decisão não significa tirar espaço dos homens indígenas ou das pessoas não indígenas. Para nós, mulheres indígenas, é podermos propor e somar ideias que visam os direitos indígenas.

Ocupar espaço de decisão para a mulher indígena é atuar na motivação junto a sua comunidade, estar junto construindo questões relacionadas ao seu povo. A busca de soluções precisa ser contínua e compartilhada para que as ações de prevenção e resistência continuem sendo chamadas de coletividade.

Ocupar espaço de decisão para mulher indígena é estar ativa nas ações promovidas pelo movimento indígena e no sistema político do Estado brasileiro. Precisa reconhecer os povos e clãs que habitam o Rio Negro, as instâncias de poder precisam saber que os espaços de decisão que se tem atualmente foram construídos por uma visão masculinizada,

onde ficou como se esses espaços fossem apenas para homens ocuparem. Nós, mulheres indígenas, estamos recuperando esses espaços através do reflorestamento de saberes que visam uma construção da coletividade.

Espaço de decisão é um lugar que visa a coletividade. Para nós, mulheres indígenas, ele é visto como uma maloca, onde organizamos, construímos e reconstruímos saberes, cuidados, resguardo e curas que visam o bem-estar do nosso território. Não podemos ver esse espaço como um espaço de disputa entre homens e mulheres.

O QUE É “AUTONOMIA” PARA MULHER INDÍGENA?

A autonomia se constrói através do diálogo e respeito entre as partes que estão ao seu redor, os que compõem a sua vivência precisam contribuir nesse processo para que isso possa ter raízes firmes e fortes, onde aos poucos você se tornará multiplicadora para as demais companheiras. Tanto melhor se essa construção for acompanhada de nossos irmãos, maridos e filhos homens.

Autonomia para mulher indígena é de poder caminhar junto a sua comunidade, como, por exemplo, ser líder da comunidade, igreja, associação, ir pra roça, escola e universidade.

Autonomia para mulher indígena é quando a sua família

ajuda ela a construir a sua roça e sonhos, esteja a mulher dentro do território indígena ou não.

Autonomia para mulher indígena é quando outra mulher indígena compartilha com as companheiras as estratégias de resistência, que visam o cuidado e o resguardo, considerando que essas experiências hoje são múltiplas.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DA “SUSTENTABILIDADE” PARA AS MULHERES DO RIO NEGRO?

A sustentabilidade para a mulher rionegrina pode ser vista como forma de combater a violência de gênero, a mesma contribui para sairmos da precariedade e falta de emprego, principalmente para quem vive na sede urbana, sem trabalho, sem ter renda financeira, muitas vezes, vivenciamos caladas a violência que ocorre ao nosso redor.

A sustentabilidade é base social para as mulheres indígenas no Rio Negro, porque através disso ela busca se auto-sustentar. Também a mesma vê nisso uma forma de contribuir no autossustento de sua família e dos demais que compõem a comunidade.

O desenvolvimento sustentável é essencial porque o mesmo contribui na fiscalização do território, além disso, essas visões de economia sustentável já vêm da concepção

indígena que busca o viver bem. No Rio Negro isso vem sendo praticado pelas associações de mulheres.

Descrevo aqui o que tenho visto como mulher indígena. A sustentabilidade versus a violência. Digo isso, porque ao dialogar com mulher que está passando por processo de violência, logo ela diz que não tem como se sustentar. Quando falo com alguém sobre isso, busco mostrar que os caminhos são diversos, e muitas vezes isso está em nossas mãos como mulheres. Só que como esse processo cultural colonizador é dominador, a nossa visão se encontra fechada para essa situação. Por isso precisamos mostrar caminhos que estão ao nosso redor. Primeiro que somos mães e portadoras de conhecimentos, somos mestras em cuidar da roça, em confeccionar artesanatos, em cuidar das plantas que curam e, muitas vezes, somos portadoras de benefícios sociais ou temos algum vínculo empregatício. Então não somos um cesto vazio, somos um cesto cheio em que o conhecimento precisa ser retirado e usado por elas no cuidado e resguardo.

Para falar das estratégias de prevenção da violência, a nossa saída é mostrar à mulher indígena que ela mesma não está só. Ela já tem os seus aliados, que são os seus saberes ancestrais, e os saberes não indígenas que são os aliados que visam ampliar os cuidados.

SUSTENTABILIDADE NO COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Trança de lentes indígenas, pensamento da mulher indígena, hoje posso olhar ao redor e dizer que o capitalismo da colonização segue o seu percurso. Diversas vivências deixadas a nós causam conflitos em casa, comunidade e território.

As formas como o Estado brasileiro se organizou e nos tratou deixaram a nós, povos originários, diversas sequelas.

Uma delas, a cachaça, usada para amansar os indígenas durante a invasão dos territórios, hoje é um problema mais visível na região, onde a mesma causa sofrimento e dor, e as maiores vítimas são as mulheres, crianças e idosos.

Hoje nós, mulheres rionegrinas, estamos lutando contra esse mal instalado em nossos territórios, onde uma solução visível é a confecção dos artesanatos e dos produtos da roça, onde nós, mulheres rionegrinas, através desse saber, podemos intervir. Isso porque podemos mostrar ao nosso companheiro que carregamos junto ao nosso saber conhecimentos que podem contribuir com geração de renda, trazendo complemento financeiro a nossa família ou ajudando essa mulher a buscar um caminho de autonomia, sem depender dos seus esposos. ”

DEPARTAMENTO DE MULHERES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

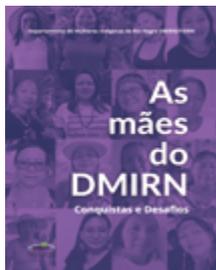
O Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN) da FOIRN foi criado no ano de 2002, no I Encontro de Mulheres Indígenas em São Gabriel da Cachoeira. A criação desse Departamento está ligada às reivindicações das mulheres indígenas em torno do acesso à renda e à produção e comercialização de artesanatos (geralmente produzidos por mulheres), do fortalecimento do sistema agrícola, da qualificação das associações de mulheres artesãs, bem como da participação em projetos de saúde, políticas públicas e controle social, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil. Mais recentemente o DMIRN com apoio do PRN/ISA, do OVGAM/UFAM e da FSP/USP, vem trabalhando também a temática de violência de gênero.

Em 2022 o DMIRN completou 20 anos. Para celebrar e deixar registrada sua trajetória e conquistas foram produzidos:

1. Um site: <https://dmirn.foirn.org.br/>



2. Um livro: “As mães do DMIRN: conquistas e desafios”



3. Um filme: *Rionegrinas*



Um pouco antes da marca dos 20 anos, o DMIRN coordenou e mobilizou uma série de iniciativas de enfrentamento à violência contra mulheres: rodas de conversa entre mulheres indígenas que residem nos territórios do alto e médio Rio Negro; pesquisas e levantamento de dados sobre violência contra mulher em São Gabriel da Cachoeira; aproximação e articulação com equipamentos públicos que atuam no enfrentamento à violência e ou na saúde integral das mulheres; produção de conteúdos e cartilha/campanhas; e em 2021, o I módulo do Promotoras Legais Populares Indígenas, que será abordado mais a frente nesta publicação.

Janete Alves, Desana, é vice-presidente da FOIRN para a gestão de 2024 a 2028. Ela foi diretora da Federação representando a região da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI) no período de 2021 a 2024 e, antes, foi coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN/FOIRN).

Janete é mãe de 4 filhos e filha do Sr. Erculino Alves, do povo Desana, e Dona Carmem Figueredo, do povo Wanano. Desde sua gestão no DMIRN, Janete vem atuando, entre outras pautas, como representante das mulheres rionegrinas para a garantia dos direitos, promoção à saúde e no enfrentamento à violência contra as mulheres. Durante a redação desta publicação, Janete compartilhou algumas de suas reflexões e motivações para sustentar as iniciativas de fortalecimento entre as mulheres rionegrinas e de cuidados no enfrentamento às violências.

“ *O meu objetivo como mulher e liderança indígena sempre foi lutar em prol das mulheres, lutar pelos direitos, pela igualdade, pelo respeito e, claro, mostrar que nós somos capazes de estar na frente para somar na luta do movimento indígena. A bandeira principal é e sempre foi a de lutar contra a violência que afeta as mulheres. Temos várias demandas, mas para que as mulheres possam atuar em suas bases, temos que mostrar que temos direitos e que queremos respeito para, assim, também somar a luta do movimento indígena. Para mim, como Diretora da FOIRN e agora vice-presidente, é muito importante continuar a lutar e abraçar a nossa causa. É uma responsabilidade enorme, como mulher e diretora, de representar a minha região e também representar as mulheres.*



Espero contribuir mais e mais para fortalecer as mulheres da região do Rio Negro, e somar com o Departamento de Mulheres Indígena do Rio Negro – DMIRN, que vem buscando fortalecer as políticas do movimento de mulheres.

Nós, mulheres, somos seres de conhecimentos, temos nossas crenças, mitos e nossos saberes, por exemplo, sobre a confecção de artesanatos, sobre o fazer roça e a nossa segurança alimentar.

O intercâmbio entre as mulheres e a valorização dos conhecimentos das mulheres é uma forma de nos fortalecer. É responsabilidade das lideranças incentivarmos a prática de conhecimentos. É de mulher para mulher, cuidando para mostrar os conhecimentos a cada traçada, em cada detalhe. Os artesanatos são maneiras de mostrar o que temos por dentro. Quando uma mulher vai tecendo, ela usa sua imaginação, ela abre a alma. Quando eu me sentia triste, eu sentava e começava a tecer, e então ia me sentindo livre tecendo cada ponto.

Temos também o sistema agrícola tradicional do rio Negro, que são os saberes e sabores da região, o nosso modo de sustentar as famílias com alimentos saudáveis. São conhecimentos das mulheres, mas também dos homens, por isso é uma riqueza dos povos

indígenas do Rio Negro. E só de pensar que nós, mulheres, temos todos esses conhecimentos milenares dá um orgulho e gratidão que nos mobiliza a desfrutar e cuidar de nossas terras.

É importante o movimento indígena falar sobre a questão de violência de gênero, porque precisamos encarar essa realidade, e precisamos buscar minimizar questões de violências, que não é somente com mulheres, têm situações de violências acontecendo com adolescentes e jovens. Enquanto estamos na frente, como liderança, temos que fazer o possível e o impossível de lutar pelos nossos direitos. E fortalecer o movimento indígena como um todo.

No momento que entramos para a coordenação do Departamento de Mulheres Indígenas da FOIRN, vimos que as nossas lideranças já estavam em busca de conscientizar as mulheres que sofrer violência não é da nossa cultura, não faz parte de nossas tradições.

Abraçar essa causa é fundamental. Eu me sinto bem em ajudar cada mulher, mesmo fazendo pouco perto de tudo o que precisa mudar. Dar aquele abraço e incentivar já é de bom tamanho, nos fortalece.

E vamos espalhar as nossas forças enquanto mulheres e lutar contra violência. Porque somos mulheres da terra, possuímos nossos traços, nossas riquezas, nossos conhecimentos próprios. Somos mulheres sensíveis, mas com garra de carregar o mundo em prol do nosso bem-estar.

Venham somar com a gente. Unidos, todas e todos somos fortes e conseguiremos alcançar nossos objetivos. Você, liderança, apoie nossa luta-resistência, pois precisamos abraçar a causa das mulheres, precisamos mostrar que cada um ou uma de nós merece respeito e reciprocidade. 'Añu'u ahkawererã mühsã ü'sare wetamukã'. ”



Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) está sediada em São Gabriel da Cachoeira e representa 23 povos que vivem nas mais de 750 comunidades e sítios indígenas e nas sedes municipais de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Para desenvolver e acompanhar os trabalhos, bem como alcançar os territórios indígenas de sua vasta extensão geográfica de atuação, a FOIRN conta com o auxílio das Coordenadorias Regionais. Ao total, são cinco Coordenadorias: COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê; DIA WII – Coordenadoria das Organizações Indígenas do rio Tiquié, Uaupés e Afluentes; NADZOERI – Organização Baniwa e Koripako; CAIBARNIX – Coordenadoria das Associações Indígenas da Bacia do Alto Rio Negro e Xié; e CAIMBRN – Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro. Além da atuação das Coordenadorias Regionais, a FOIRN também conta com o trabalho de coordenadores dos diversos departamentos temáticos, como o Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN). Os departamentos, por sua vez, desenham suas estratégias e trabalham com as comunidades indígenas por meio dos articuladores regionais. De tal forma que as mulheres indígenas elegem a coordenadora do DMIRN em assembleia geral de mulheres e as articuladoras de cada região nas assembleias eletivas de suas coordenadorias.



Converse sobre os limites das outras pessoas.

FAMÍLIA

TEMAS ORIENTADO

Peca desculpas ao perceber que cometeu um erro.

HUMANO

ERRITÓRIO

mães

Converse e, principalmente, ouça com atenção o que ela tem a dizer.



Facilite o a demonstrar seus sentimentos.

UMA CASA

Mulheres Indígenas

Nunca relacione violência com amor.

BEM VIVER

COMENTOS

Mostre a importância de se valorizar o que uma pessoa é, e não o que ela tem.

Incentive a independência e a autonomia.



O GÊNERO



REDE DE MULHERES DO RIO NEGRO

Desde o ano de 2016, de forma mais sistemática, vem se formando no Rio Negro uma rede de mulheres para fortalecer seus cuidados, alianças e conhecimentos, com o objetivo de evitar, enfrentar e transformar as diversas violências que vivenciam. Essa rede de mulheres, que nasceu por iniciativa das coordenadoras do Departamento de Mulheres Indígenas da FOIRN na época, tem como ponto de referência o próprio Departamento, mas suas linhas e pontas vão para além da instituição.

O trabalho desta iniciativa em rede é favorecer o levantamento de informações e a discussão - com pé no chão e no território -, sobre as formas como mulheres indígenas rionegrinas sentem, vivenciam, entendem e lidam com isso que os não indígenas costumam chamar de “violência”. Isto é, busca entender mais e melhor o que é “violência” para as mulheres rionegrinas, bem como tudo aquilo tem a ver — as relações, gestos, situações que produzem dor, sofrimento, tristeza, medo e morte — com o fato de serem mulheres indígenas.

Ademais, busca compreender, organizar e comunicar as muitas estratégias que as mulheres rionegrinas fazem para lidar com esses sofrimentos e violências, para enfrentar, combater, resistir, evitar, cuidar, se apoiar e se desfazer disso. Assim, a rede procura entender que alternativas



podem ser usadas, compartilhadas e criadas para a proteção e o florescimento maior das mulheres e suas relações e territórios. E, por fim, busca estimular as práticas de cuidado e alegria, de proteção e bem-estar, especialmente entre mulheres que ajudem a transformar o que está ruim na sociedade.

Desde 2017 foram realizadas muitas rodas de conversa na sede do município de São Gabriel da Cachoeira e em algumas comunidades. As rodas foram fundamentais para compreender a importância de abordar a temática, bem como saber a melhor maneira de fazê-lo. Além disso, são momentos que proporcionam um maior entendimento sobre as coisas, gestos, relações, pessoas que fazem sofrer e o que as participantes destas rodas de conversa fazem para cuidar e evitar essas situações.

Esta rede tem como base a história de mais de 20 anos de luta e organização das mulheres indígenas no Rio Negro, que inclui um enorme e complexo conjunto de práticas e conhecimentos do próprio corpo, sobre cuidado com o território, famílias, plantas, remédios, línguas, etc. Essa longa história e conhecimentos em constante atualização permitiram a organização e liderança da resposta indígena rionegrina contra a pandemia de Covid-19. A Campanha **“Rio Negro, nós cuidamos”** se apoiou nesta rede de cuidados e lutas das mulheres indígenas e também a fortaleceu.

Para lutar contra a violência e construir melhores formas de reflorestamento e florescimento no mundo muitas alianças são necessárias. A experiência desta rede é a de buscar e tecer alianças muito importantes. Alianças principalmente entre: i. mulheres indígenas de diversos territórios e línguas; com mulheres não indígenas (funcionárias do Estado, trabalhadoras da saúde, da polícia, da justiça e dos direitos humanos, técnicas de organizações não governamentais, pesquisadoras, entre outras) que se mostram engajadas para acompanhar, ajudar e fortalecer; ii. a rede de mulheres e os homens próximos das participantes (esposos, pais, filhos) e homens lideranças que representam os povos, sabendo que junto com eles o movimento tende a ser mais forte e completo. Nesse sentido, vale destacar a histórica aliança que esta rede construiu com a primeira delegada (mulher) de Polícia de São Gabriel da Cachoeira, em 2020, para realizar e aprimorar a identificação e acompanhamento policial de casos de violência contra mulheres indígenas, incluindo o feminicídio.

Por fim, é importante mencionar que a experiência de organização, fortalecimento e liderança de mulheres indígenas no Rio Negro é referência para as mulheres indígenas de outros territórios. Na III Marcha das Mulheres Indígenas, organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e

realizada em Brasília no mês de setembro de 2023, o tema de violência teve um lugar de destaque nas preocupações e programação do encontro. As experiências de organização de mulheres indígenas parecem pouco conhecidas e pouco sistematizadas. A experiência ronegrina, liderada pelo Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro, foi relatada durante a III Marcha de Mulheres Indígenas, contribuindo assim para avançar e melhorar esse quadro.

Há ainda muitas experiências por conhecer e com elas aprender no Brasil e em países vizinhos (como México, Colômbia e Bolívia), assim como há muito para ser feito no Rio Negro. Ao mesmo passo, a experiência desta rede de mulheres ronegrinas na sua luta pelo bem-estar e contra diversas formas de violência e sofrimento é inspiradora e precisa ser fortalecida, cuidada e alimentada!



Você não está sozinha!

O DMIRN, junto com a FSP/ USP, o PRN/ISA, a Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança e Idoso e o Conselho Tutelar de São Gabriel da Cachoeira publicaram, em 2020, a cartilha **Violência doméstica e violência sexual em tempos de pandemia – redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!** Com o intuito de informar e sensibilizar as mulheres indígenas de



que elas não estavam sozinhas no enfrentamento às violências, o material comunica que o Departamento de Mulheres pode auxiliá-las de forma a estabelecer relações com as redes de apoio nesses embates.

A parceria com a Delegacia de Polícia e o Conselho Tutelar para a produção do material informativo foi de suma importância para que pudéssemos traduzir a linguagem jurídica dos procedimentos envolvidos em casos de violências contra a mulher, a criança e o adolescente. Para além dos acessos jurídicos do Estado, a cartilha orienta as mulheres a recorrer às redes de alianças com amigas e parentes, assim como com recursos mais evidentes na própria cultura, como a realização de benzimentos e o uso de determinadas plantas.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS LEIS BRASILEIRAS

A violência de gênero é motivada por discriminação de gênero. Ou seja, é uma violência que ocorre, geralmente, por homens que se utilizam de força física ou de ameaças contra mulheres, pessoas gays (homens que sentem atração afetiva/sexual por outros homens), lésbicas (mulheres que sentem atração afetiva/sexual por outras mulheres), pessoas transsexuais (que não se identificam com o gênero ligado ao sexo biológico) e não binárias (pessoas que não se entendem dentro da lógica binária homem ou mulher). Essa violência pode provocar sofrimentos psicológicos, intelectuais, físicos, sexuais e morais com o objetivo de coagir, humilhar, castigar, submeter e punir.

Violência de gênero nem sempre é uma violência física, com agressões ao corpo físico de mulheres, gays, e pessoas transgênero e não binárias. E também há situações em que os diferentes tipos de violências são praticadas conjuntamente, como as violências físicas e morais de humilhação e ameaças. A violência de gênero pode ser praticada nos espaços públicos, coletivos e políticos e também pode ser efetuada no espaço doméstico, familiar.

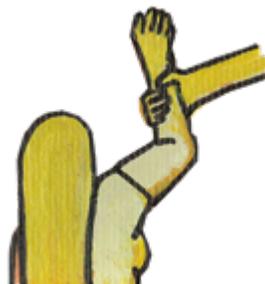
No Brasil existe uma lei -- Lei nº 14.192 de 2021 -- que regra e pune a violência política de gênero. A violência

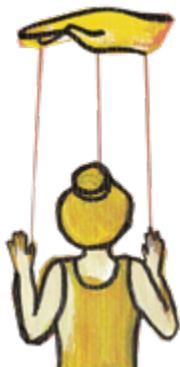
política de gênero é toda ação que visa diminuir, dificultar ou impedir o direito político das mulheres -- cis ou trans (pessoas que se identificam e as que não se identificam com o gênero ligado ao sexo biológico, respectivamente). São atos que tentam excluir a mulher do espaço político, dificultar o exercício de funções públicas, diminuir ou impedir o exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas. No campo da violência de gênero, há também leis brasileiras que procuram combater e regradar as violências de homofobia e transfobia, ou seja, violências praticadas contra pessoas gays, lésbicas e transgêneros.

A violência contra as mulheres é motivada e sustentada pela desigualdade de gênero. A Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, regulamenta, em especial, a violência doméstica. Ela apresenta algumas práticas contra as mulheres que violam os Direitos Humanos. Vale ressaltar que as tipificações - ou seja, os tipos - de violências contra mulheres descritas na Lei não são únicas e tampouco são vivenciadas de uma mesma forma por todas as mulheres.

I - **violência física** é a ação que ofende e machuca o corpo físico de uma mulher;

Exemplos: Chutar, beliscar, puxar o cabelo, cortar o coro, dar murros/socos e outros.





II - violência psicológica é a ação que causa dor/sofrimento emocional que deixa a mulher triste e sem vontade de fazer aquilo que gosta.

Exemplos: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, chantagem, violação de intimidade, exploração e limitação do direito de ir onde desejar.

III - violência sexual é a ação que faz uma pessoa estar presente, ter ou participar de uma relação sexual não desejada.

Exemplos: forçar alguém a se prostituir; a se casar; a fazer um aborto; a engravidar; impedir o uso de qualquer método contraceptivo (camisinha, pílula do dia seguinte, chás, benzimentos, anticoncepcionais – pílula e injeções).



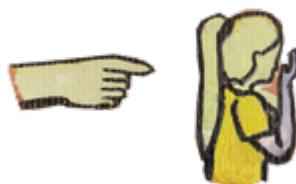
IV - violência patrimonial é a ação de destruir ou tomar os pertences de uma mulher.

Exemplo: destruir ou tomar os objetos, instrumentos de trabalho, documentos, dinheiro ou cartão de benefícios sociais de uma mulher.

V - **violência moral** é a ação de prejudicar a imagem de alguém.

Exemplos: mentir que alguém cometeu um crime; falar publicamente coisas ruins e negativas

sobre uma pessoa, fazer fofoca difamatória humilhando e maldizendo pessoas e xingar alguém.



Uma outra Lei, a de número 13.104, de 2015, qualifica como “feminicídio” o assassinato que envolve: violência doméstica e familiar; menosprezo e discriminação à condição de mulher da vítima que nesses últimos dois casos pode acontecer fora do âmbito doméstico e familiar.



A iniciativa contou com o envolvimento de pesquisadores do Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM) e com uma metodologia de sistematização e análise dos dados desenvolvida pelo OVGAM. Em 2020, foram analisadas informações referentes ao período de 2010 a 2019, contabilizando 4.671 Boletins de Ocorrência instaurados na Delegacia de São Gabriel da Cachoeira.

Em seguida, observem os dados já publicados no relatório *Tecendo a vida sob braços fortes: caracterização da violência contra mulheres na cidade de São Gabriel da Cachoeira*:

Classificação e percentual dos casos de violências informadas nos Boletins de Ocorrência da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança e Idoso de São Gabriel da Cachoeira (2010-2019)

Classificação	Percentual
violência sexual	3,8%
violência moral	11,5%
violência psicológica	17,7%
violência patrimonial	23,3%
violência física	41,3%

Tabela 1: tabela produzida através dos dados do relatório *Tecendo a vida sob braços fortes: caracterização da violência contra mulheres na cidade de São Gabriel da Cachoeira*. 2023.

Idade da vítima informada nos Boletins de Ocorrência da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança e Idoso de São Gabriel da Cachoeira (2010-2019)

Idade	Número de casos	Proporção
idade igual ou inferior a 18 anos	269	11,8%
idade entre 19 e 40 anos	1238	54,4%
idade não informada	331	14,5%

Tabela 2: tabela produzida através dos dados do relatório Tecendo a vida sob braços fortes: caracterização da violência contra mulheres na cidade de São Gabriel da Cachoeira. 2023.

Sobre a nacionalidade da vítima informada nos Boletins de Ocorrência da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança e Idoso de São Gabriel da Cachoeira (2010-2019)

Nacionalidade	Nº de pessoas	Proporção
brasileira	312	13,7%
colombiana	1	
não informada	1964	86,3%

Tabela 3: tabela produzida através dos dados do relatório Tecendo a vida sob braços fortes: caracterização da violência contra mulheres na cidade de São Gabriel da Cachoeira. 2023.

Outros dados também foram apresentados nesse relatório, destacamos que:

- Do total das vítimas, 63,9% (1.455) são naturais do estado do Amazonas e **98,8% (2.250) delas não tiveram sua etnia/raça informada.**
- Em relação à ocupação das vítimas, 37,4% (852) não tiveram sua ocupação informada e outras 19,3% (440) são trabalhadoras domésticas ou de serviços gerais.
- Sobre a idade informada dos agressores:
9,1% possuem entre 19 e 40 anos
2% são de autores com idade igual ou inferior a 18 anos.
- Os registros mostram que:
66,9% das violências são cometidas por homens
19,4% por mulheres.

De acordo com as informações dos Boletins de Ocorrência, 66,9% das violências são cometidas por homens. Isso leva à conclusão de que as mulheres são vítimas de homens, portanto se enquadram em violência de gênero.

Uma lacuna importante que os dados revelam é sobre identificação de etnia e raça, 98,8% das vítimas não tiveram sua etnia ou raça informada. Já na pesquisa intitulada *De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira,*

publicada em 2022 com Inquéritos Policiais que apresentaram incidências penais com recorte relacionados especialmente a feminicídio e estupro de mulheres, no período de 2010 a 2019, vemos os seguintes registros na delegacia de São Gabriel da Cachoeira:

Inquéritos Policiais da Delegacia Especializada de São Gabriel da Cachoeira - AM (2010-2020)

lei Maria da Penha	233
estupros	23
estupros de vulnerável	58
importunação sexual	6
lesão corporal grave	4
outros delitos	78
total de inquéritos	402

Tabela 4: De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira (Morais, p.47, 2022).

Um levantamento de dados extraído da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas e do Poder Judiciário, referente ao período de 2021 a 2023, aponta um total de 289 processos com deferimento de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) e 64 registros de MPU arquivados para o município de São Gabriel da Cachoeira. Somente no mês de dezembro do ano de 2021, podemos visualizar a seguinte tabela com dados de crimes contra mulheres, contendo a natureza e a quantidade de ocorrências:

Natureza da violência	Número de ocorrências
Feminicídio	01
Ameaça/Lei Maria da Penha	09
Ameaça	01
Lesão Corporal/Lei Maria da Penha	15
Dano/Lei Maria da Penha	01
Estupro Tentado	01
Estupro	01
Vias de Fato/Lei Maria da Penha	01
Descumprimento Medida Protetiva	01
Lesão Corporal Culposa/direção veículo	01
Total	32

Tabela 5: Sistematização de dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM), 2021, feita por Renata Vieira a partir de levantamento realizado por alunos do curso de direito da Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

A análise da tabela acima revela que um total de 32 ocorrências foram registradas na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança e Idoso de São Gabriel da Cachoeira em um único mês, dezembro de 2021, sendo a maioria deles tipificados na Lei Maria da Penha (28), estupro (2), feminicídio (1). É possível afirmar que os crimes cometidos em que as vítimas são mulheres são na maioria dos casos motivados por violência que envolve



gênero, o que demonstra um índice alarmante em relação à integridade física e psicológica das mulheres em São Gabriel da Cachoeira.

Acrescente-se a esta análise que os dados se referem apenas a mulheres que têm acesso à delegacia, ou seja, provavelmente residem na sede urbana do município ou próxima a ela. O que indica uma subnotificação das situações de violência contra as mulheres, considerando, entre outras razões, que as mulheres que moram no interior das Terras Indígenas têm dificuldades, como o altíssimo custo logístico, para buscar atendimento na delegacia e então formalizar denúncias.

Segundo os últimos dados publicados pelo IBGE, a partir do censo de 2022, a população residente no município de São Gabriel da Cachoeira é de 51.795 habitantes, sendo que destes, 23.934 (46%) são mulheres e 24.892, ou 48% do total da população, residem em Terras Indígenas (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/sao-gabriel-da-cachoeira/pesquisa/10102/122229>).

Até a publicação desse livreto o IBGE ainda não havia divulgado os dados por sexo em Terras Indígenas. Considerando os dados publicados até então, podemos estimar, considerando os 46% (porcentagem feminina para todo o município), que a população feminina residente em Terras Indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira é de aproximadamente 11.450.



desconfiança

REVOLTA

chora

perder

medo

VIOLÊNCIA

assédio

RAIVA

agressões

bebida

AGRSSOR

hospital

ESPAÇO DE LUTA

FAMÍLIA

Jovens

vida

Presente

UNIÃO

Respeito

DIREITO

Delegacia especializada

prevenção

MENINA

MULHER

Lazer

RESISTÊNCIA

políticas públicas de saúde

MOVIMENTO INDÍGENA

SAÚDE

Elas

FORTALECENDO

UNIZIMOTOS

Guaraná

Luz

tofoça

DESTAQUES DO I MÓDULO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES INDÍGENAS

Os principais objetivos do I módulo, organizado em parceria entre DMIRN, ISA, a FSP/USP e OVGAM/UFAM, foram:

- promover um ambiente seguro para a produção de um entendimento das violências de gênero que atravessam as mulheres ronegrinas;
- apresentar informações sobre direitos das mulheres e ferramentas jurídicas destinadas à sua proteção;
- identificar e evidenciar estratégias locais e coletivas associadas ao sistema de conhecimentos, cuidados e práticas ronegrinas de prevenção e enfrentamento às violências contra as mulheres, jovens e crianças;
- estreitar laços e fortalecer as mulheres ronegrinas por meio da troca de experiências entre as mulheres dispersas no território do alto e médio rio Negro.



Participaram 62 pessoas de diferentes etnias rionegrinas, residentes das cinco Coordenadorias Regionais da FOIRN, sendo 49 mulheres e 13 homens cujas idades variaram entre 17 a 64 anos. As participantes identificaram-se como: Wanano, Kubeo, Baré, Tuyuka, Tukano, Piratapuya, Arapasso, Dessano, Baniwa, Ticuna, Yanomami e Dâw.

Considerando que o tema violência é muito delicado e poderia gerar desconfortos emocionais, uma equipe indígena de acolhimento e benzimento foi organizada e atuou ao longo de toda a oficina, proporcionando momentos de cuidado e de fortalecimento das mulheres indígenas participantes.

Para que o fortalecimento ocorresse da melhor forma possível, optamos por trabalhar com práticas já realizadas no território, como as defumações, por exemplo. Com isso, buscamos trazer para o centro da formação experiências de cuidado e processos de cura que são familiares para as participantes. Também contamos com o apoio, parceria e acolhimento de uma profissional de psicologia não indígena moradora de São Gabriel da Cachoeira.

Três momentos de reflexão e produção coletiva foram potentes e geraram um importante material para seguirmos na trilha formativa das Promotoras Legais Populares Indígenas e nas demais iniciativas da agenda de enfrentamento à violência contra mulheres rionegrinas.

1- O QUE É SER MULHER?

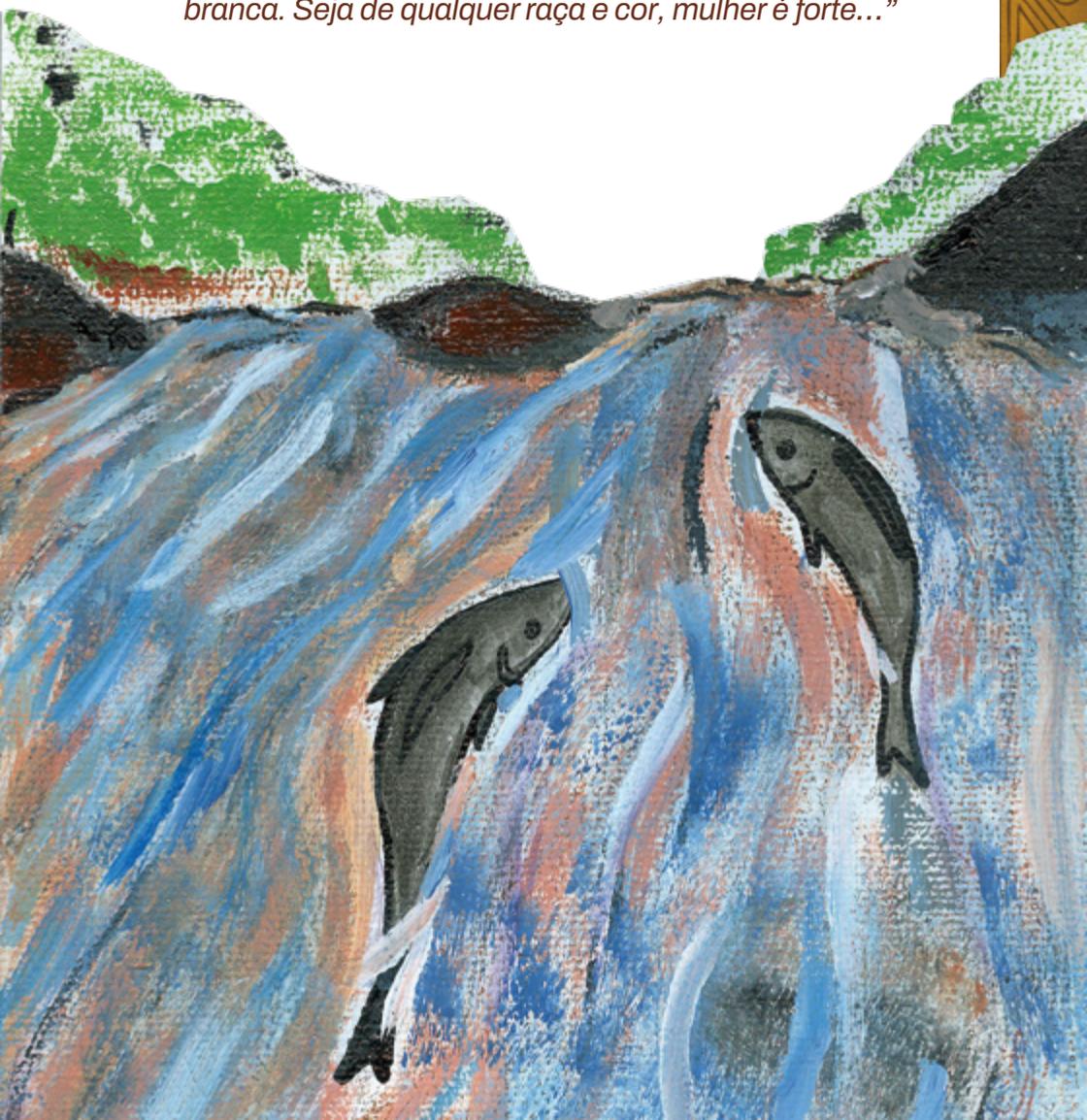
Por meio de desenhos, cantos e cartazes, as participantes se expressaram. Trazemos aqui alguns dos registros que resumem a produção desse momento.

“Nós desenhamos uma maniva [pé de mandioca]. Acredito que a maniva é um símbolo de nossa resistência porque nós, mulheres, produzimos relações, como a maniva que dá a mandioca, que é a subsistência de todos os povos. Nós somos mulheres fortes, que sobrevivemos às muitas lutas ... Todas as manivas têm um nome, as donas de roças elas conhecem, nós temos nosso sistema agrícola tradicional do Rio Negro reconhecido como bem patrimonial, cultural do Brasil. Nós seremos a mandioca, cada uma de nós, porque da mandioca é a raiz que dá o nosso sustento, ela produz uma variedade de alimentos: a farinha; a tapioca; a goma; o beiju. E aí nós somos essa multiplicidade: nós somos professoras; somos mães; nós somos médicas...”



Desenho de um pé de mandioca brava (maniva) elaborado por um grupo de mulheres participantes do I módulo de formação do Promotoras Legais Populares Indígenas, setembro de 2021.

“Ser mulher é como se fosse um peixe pulando a cachoeira indo ao contrário do rio. O rio corre assim, pra baixo, o peixe tá pulando ao contrário. Então significa que nós, mulheres, somos fortes, corajosas, sempre enfrentamos os desafios, e aqui, a força da mulher indígena, mulher branca. Seja de qualquer raça e cor, mulher é forte...”



2 - QUE TIPO DE VIOLÊNCIA SOFREM?

Nesse momento da formação, a ideia foi promover uma reflexão e levantamento não exaustivo das experiências e situações de violências vivenciadas pelas mulheres ronegrinas, de tal forma que elas pudessem expressar o que as violenta e em que contextos a violência é praticada.

No geral, as mulheres ronegrinas relacionam as produções de violências com elas, entre elas, no ambiente doméstico e entre jovens ou contra jovens a contextos de focas, ciúmes e consumo prejudicial de bebidas alcoólicas.

Violência sexual, estupro e abusos foram mencionados pelas mulheres indígenas durante a primeira formação. Esses relatos são narrados por mulheres solteiras, mas também por aquelas que já estão casadas e experienciam essas violências, muitas vezes, dentro do próprio casamento.

Os relatos de violência institucional também foram recorrentes. As mulheres apontaram que sentem medo de frequentar e de serem atendidas em espaços de instituições, como unidades públicas de atendimento à saúde e ou serviços de segurança pública, os quais deveriam proteger seus direitos e cuidar da saúde integral e bem-estar das mulheres.

A questão da violência contra as mulheres em São Gabriel da Cachoeira tem perpassado outras problemáticas graves e complexas de saúde pública, como o uso

exagerado de bebidas alcoólicas e os diversos casos e tentativas de suicídios no município.

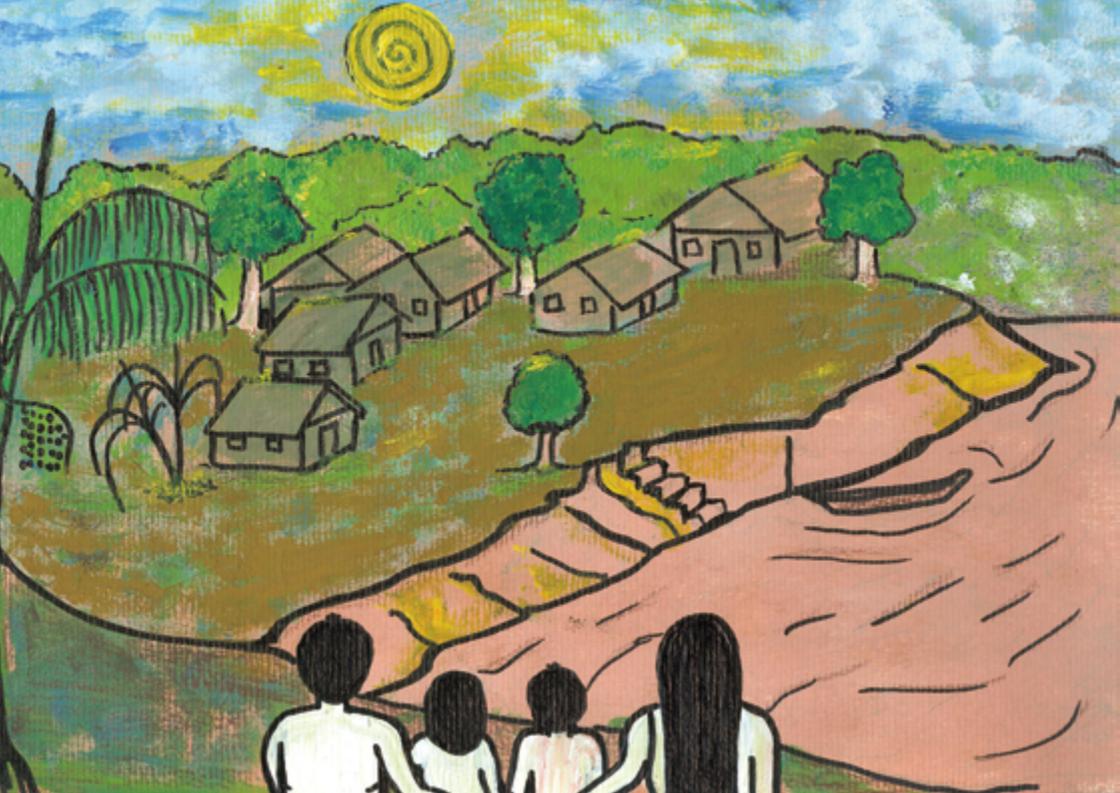
“Aqui é um coração partido com violência. Aqui bem redondo, sem violência. O coração partido significa quando a gente tá com violência, quando a gente apanha do marido, apanha da vizinha, qualquer coisa. Quando a gente começa com violência, nosso coração parte: fica com raiva, vontade de morrer. Com violência nosso coração fica assim, partido, mexendo ... Sem violência nosso coração está normal, funciona bem. E a gente consegue ficar bem dentro da família, dentro da comunidade, dentro da associação, dentro da coordenadoria, tudinho”.



Desenho de um coração partido com a inscrição “com violência” ao lado de um coração com a inscrição “sem violência” elaborado por um grupo de mulheres participantes do I módulo de formação do Promotoras Legais Populares Indígenas, setembro de 2021.

Abaixo, segue uma figura com diversas palavras que apareceram nos relatos das mulheres durante o I módulo de formação do Promotoras Legais Populares Indígenas. Quanto mais vezes as palavras apareceram nos relatos, maior o tamanho dela na imagem.

- reconhecimento das regras e modos de punição e/ou restaurativos indígenas e comunitários;
- presença e atuação do Conselho Tutelar nas comunidades indígenas;
- fortalecimento de políticas públicas de saúde, educação e lazer;
- incidir para a implantação de casas de referência para as mulheres nos municípios do Rio Negro;
- criar alternativas de sustentabilidade econômica para as mulheres;
- incidir para a consolidação da delegacia especializada de atendimento às mulheres;
- convidar mais mulheres das comunidades indígenas para as rodas de conversas e formações;
- envolver adolescentes, jovens e homens nas rodas de conversas e formações;
- realizar mais módulos de formação sobre a temática;
- fortalecer a prática de benzimentos de prevenção à violência e cuidados com chás e medicina indígena;
- realizar formações e rodas de conversas com homens a fim de sensibilizá-los, pois o enfrentamento à violência e a promoção dos direitos indígenas são uma luta de todos e todas;
- compreender o fluxo de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade existente no território.



FORMAS LOCAIS DE PREVENIR E ENFRENTAR AS VIOLÊNCIAS

Durante esse trabalho de sensibilização e pesquisas na temática de violência contra mulheres, fomos sempre criando espaços seguros para que as mulheres se sentissem em condições de falar sobre e trocar ideias de como vem lidando, prevenindo, cuidando e driblando os vários tipos de violências vivenciadas no Rio Negro.

Para além dessa intenção, observamos que, ao falar das vivências violentas, as mulheres rionegrinas não se

colocam como vítimas passivas. Nessas narrativas, de experiências próprias ou alheias, geralmente está presente a elaboração de “modos de fazer com”, os quais desenham estratégias de lidar e de resistir. As mulheres raramente narram apenas as formas da violência ou seus efeitos revitimizantes. Com frequência, elas inserem nas narrativas suas ações, suas interpretações, as resoluções e os cuidados tomados, bem como demandas e necessidades.

Encontrar estratégias locais para o enfrentamento da violência de gênero é fundamental por diversas razões. Aqui estão alguns pontos que destacam a importância desse enfoque:

1. CONTEXTO CULTURAL E SOCIAL

Cada território ou contexto cultural possui suas próprias normas sociais e práticas culturais. Estratégias locais podem ser mais eficazes porque levam em conta essas particularidades, permitindo abordagens que são culturalmente sensíveis e respeitadas. Soluções locais geralmente têm maior aceitação e engajamento da comunidade, o que é essencial para a implementação bem-sucedida de caminhos de enfrentamento à violência de gênero.

2. ACESSO E RECURSOS

As estratégias locais podem ser mais práticas e realizáveis, utilizando os recursos e infraestruturas já disponíveis nos territórios. As soluções locais garantem que os serviços e apoio estejam mais próximos e acessíveis às vítimas de violência de gênero.

3. SUSTENTABILIDADE E AUTONOMIA

Soluções locais são mais propensas a serem sustentáveis a longo prazo, pois são desenvolvidas e mantidas pela própria comunidade. Enfrentar a violência de gênero através de estratégias locais encoraja a comunidade a tomar decisões e sustentar tratativas sobre os problemas que enfrentam.

4. IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS ESPECÍFICOS

Estratégias locais permitem uma abordagem mais específica para os problemas únicos que cada comunidade enfrenta. Ademais, as estratégias praticadas localmente podem ser ajustadas e adaptadas em resposta a mudanças nas dinâmicas da comunidade.

5. PARCERIAS E COLABORAÇÕES

Desenvolver estratégias locais frequentemente envolve a colaboração com organizações e líderes comunitários,

fortalecendo as redes de apoio e criando um movimento coletivo contra a violência de gênero. Quando as soluções são locais, é mais fácil envolver todas as partes interessadas, incluindo famílias, profissionais de saúde, autoridades locais e organizações da sociedade civil.

6. PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO

Estratégias locais podem incluir programas de educação e conscientização que são adaptados para ressoar com a população local, promovendo a prevenção da violência de gênero desde a base. Atuar localmente permite trabalhar diretamente nas normas sociais que perpetuam a violência de gênero, fomentando mudanças que promovem a igualdade e o respeito.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As estratégias locais permitem um monitoramento e avaliação contínuos, possibilitando ajustes e novas intervenções. A rede de proteção e cuidados locais fica com melhores condições de avaliar o que tem funcionado ou não, permitindo um aprimoramento das estratégias adotadas.

Enfrentar a violência de gênero com estratégias locais promove soluções mais adequadas ao contexto cultural e social, como também **fortalece a comunidade como um todo, criando um ambiente mais seguro para**

homens, mulheres e crianças. Vale ressaltar que **as estratégias locais podem estar, e tanto melhor quando estão, associadas à políticas e dispositivos públicos que dialoguem com o contexto local.** Nesse sentido, é importante salientar que as **estratégias coletivas e locais não são substitutas da responsabilidade de atuação do Estado** no que diz respeito à segurança pública e à saúde dos povos indígenas.

A seguir apresentamos o que já foi observado, relatado e levantado como formas de enfrentar as violências de gênero no Rio Negro:

a) Ações do dia a dia que incidem sobre uma situação em particular, cuidando de uma pessoa ou família.

- **Afastamento da pessoa agressora**

Exemplo: afastar o homem como medida inicial, que pode avançar para uma abordagem mais punitivista, incluindo a prisão ou medidas judiciais.

- **Uso de redes separadas**

Exemplo: mulheres usam redes de dormir separadas como uma medida prática para prevenir atos sexuais abusivos ou indesejados, especialmente em contextos domésticos.

- **Educação e respeito**

Exemplo: mulheres enfatizam a importância de educar seus filhos sobre igualdade de direitos e respeito como um passo importante para prevenir a violência de gênero.

- **Separação conjugal**

Exemplo: mulheres optam pela separação como forma de lidar com a violência doméstica. A separação é uma medida individual que pode ter grandes implicações sociais, promovendo reflexões profundas sobre as relações conjugais e os padrões de gênero.

b) Alianças, redes de cuidados, partilha da dor, do cuidado e da força.

- **Coletivização da dor e do cuidado**

Mulheres formam alianças específicas, geralmente com outras mulheres, para partilhar suas experiências de violência e buscar soluções coletivas.

Exemplo: algumas mulheres buscam a resolução dos problemas de violência dentro da própria comunidade, sem intervenção policial, para evitar a multiplicação de raiva, revolta e o encarceramento do agressor.

- **Apoio familiar e redes de parentesco**
Exemplo: fortalecimento de vínculos familiares e redes de parentesco para lidar com a violência.
- **Recursos espirituais e acesso aos conhecimentos e práticas de uso de chás e benzimentos**
Exemplo: o uso de benzimentos e rezas para amansar pessoas violentas. Grupos de oração e a pastoral da criança são mobilizados para lidar com casos de violência doméstica, inclusive convidando os homens para participar das intervenções.
- **Lazer em rede seguras com amigos e amigas**
Exemplo: jovens que saem para festas e para conhecer outras pessoas sempre em grupos e com dinâmicas de cuidados previamente combinadas com pessoas de sua confiança.

c) Respostas coletivas e acesso à dispositivos públicos, trazidas como possibilidades de cuidados e intervenções a serem mobilizadas.

- **Fortalecimento de lideranças comunitárias**
Formação e apoio para coordenadores, presidentes e outras lideranças poderem ajudar as mulheres e suas famílias.

- **Políticas públicas e serviços**

- i. Participação e construção da Rede Bem Viver dos Povos Indígenas e do Comitê Municipal de Enfrentamento ao Suicídio e Automutilação.
- ii. Fortalecimento das ações voltadas às políticas públicas e planos municipais de saúde, educação e lazer.
- iii. Fortalecimento do Conselho Tutelar: presença e atuação efetiva do Conselho Tutelar nas comunidades indígenas e na cidade.
- iv. Implantação de casas de referência para mulheres indígenas: infraestrutura de informação, acolhimento e serviços em situações de vulnerabilidade extrema.
- v. Reivindicação de delegacia da mulher e da presença de uma juíza mulher no município: instalações especializadas no atendimento de mulheres.
- vi. Fortalecimento da Delegacia Especializada, formações acerca da realidade indígena local e das ações de enfrentamento da violência de gênero para os profissionais que atuam nos serviços públicos afins.

- **Educação e capacitação**

- i. Cursos de Promotoras Legais Populares Indígenas: mais cursos e envolvimento de mulheres das comunidades.
- ii. Participação de mais mulheres nas formações: inclusão de mulheres mais velhas e de diferentes localidades.

iii. Formação sobre direitos e enfrentamento à violência: informar e conscientizar sobre os direitos das mulheres e formas de recorrer em casos de violência.

- **Economia indígena e sustentabilidade financeira**

- i. Alternativas de sustentabilidade econômica: artesanato, cerâmica, culinária e outras atividades geradoras de renda. Implementação de estruturas que possibilitem a autonomia econômica das mulheres.

- ii. Fortalecimento das associações indígenas, sobretudo as associações de mulheres.

As associações indígenas têm sido um espaço importante para a discussão de geração de renda, da utilização e organização do dinheiro proveniente dos negócios justos e da economia da sociobiodiversidade. Desse modo, torna-se fundamental formar as associações de base para que tenham mecanismos de captação de recursos, estrutura e organização para a gestão de projetos e negócios sustentáveis.

- iii. Realizar rodas de conversas e palestras sobre a gestão do lixo que advém dos produtos, geralmente industrializados, que são adquiridos com recursos financeiros resultantes dos trabalhos das associações e benefícios sociais. A economia e a sustentabilidade financeira indígena devem contribuir para o bem-estar das famílias, bem como para conservar e proteger os territórios,

conforme as estratégias e pactos desenhados nos Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTAs) das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro.

- **Diálogo e engajamento comunitário**

- i. Rodas de conversas: discussão das necessidades e demandas das mulheres das comunidades.
- ii. Informação e formação continuada para agentes de saúde, agentes indígenas de manejo ambiental (AIMAs), comunicadores indígenas e mulheres indígenas.
- iii. Envolvimento de adolescentes e jovens: importância da participação das jovens nas atividades de formação e conscientização.

- **Autocuidado e bem-estar**

- i. Cursos e oficinas permanentes focados no bem-estar físico e mental.
- ii. Sensibilização e formação sobre diferentes formas de violência e como procurar ajuda.
- iii. Envolver jovens e o Departamento de Adolescentes e Jovens (DAJIRN) da FOIRN nas oficinas e cursos.

- **Apoio e Parcerias**

- i. Fortalecimento de parcerias interinstitucionais, considerando que a questão exige um tratamento interdisciplinar e de múltiplas responsabilidades: estreitar

relações de cooperação com organizações como ISA e FOIRN, e também com o poder público municipal.

- ii. Aproximar do tema as advogadas e advogados indígenas da FOIRN e da rede de aliados.
- iii. Compartilhamento de resultados e boas práticas: incentivar a participação e engajamento das instâncias públicas locais em ações comunitárias.

- **Fortalecimento dos conhecimentos e práticas indígenas e de vivências coletivas**

- i. Festas, prática de línguas indígenas, esportes, construção de malocas, oficinas de audiovisual, caminhadas na floresta, entre outras.
- ii. Campanhas e formações sobre **cuidados com o uso de bebidas alcoólicas e redução de danos.**



Essas estratégias mostram como a **abordagem à violência contra as mulheres pode variar entre ações individuais e esforços coletivos, incorporando elementos culturais, sociais, espirituais e dispositivos institucionais.**





REDES DE APOIO E SERVIÇOS EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Há alguns serviços de denúncias e proteção dos direitos humanos oferecidos em âmbito nacional. Compreendemos que esses serviços nem sempre funcionam no Rio Negro, haja vistas que não dialogam com as especificidades das realidades locais e também devido a dificuldade em acessá-los. No entanto, compreendemos ser importante informar sobre a existência deles para que sejam acessados, quando viável, e para inspirar ações de incidência política em direção à adaptação e melhorias, considerando as



condições específicas dos povos indígenas do Rio Negro. Abaixo, apresentamos dois destes serviços.

Em casos de violação dos Direitos Humanos (direitos básicos de todas as pessoas, como exemplo: acesso à saúde, à educação, à maternidade, à infância, entre outros) é possível recorrer ao Disque 100, que é um serviço de denúncias e de proteção aos direitos. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos, a ligação para o disque 100, assim como para o 180, é gratuita e não é preciso se identificar, mas é importante acompanhar o andamento da denúncia com o número do protocolo informado. Qualquer pessoa pode acionar o serviço, que funciona todos os dias, inclusive durante a noite e aos sábados, domingos e feriados.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a Central de Atendimento à Mulher – conhecida como Ligue 180 – é um serviço que acolhe denúncias para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, é possível receber orientações sobre os direitos da mulher, a legislação vigente sobre o tema e a rede especializada de atendimento e acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Em São Gabriel da Cachoeira, como não há uma Delegacia da Mulher (DEAM) - unidades da Polícia Civil para atendimento especializado às mulheres em situação de violência de gênero - a Delegacia Especializada

de Defesa da Mulher, Criança e Idoso de São Gabriel da Cachoeira realiza atendimento às denúncias relacionadas às especificidades voltadas a violação de direitos de pessoas idosas, crianças e mulheres.

Desse modo, quando uma mulher estiver sofrendo algum tipo de violência, ela ou qualquer outra pessoa pode ligar ou enviar uma mensagem por WhatsApp para a Polícia Civil da cidade. Caso a violência esteja acontecendo é possível acionar a Polícia Militar que, após receber a denúncia, vai até o local e toma as medidas necessárias para encerrar o ato violento daquele momento.

Nos casos em que as pessoas que estão sofrendo os atos de violência, ou que estão praticando a violência, sejam menores de 18 anos, é importante comunicar a situação ao Conselho Tutelar. Esta instituição tem o dever de proteger os direitos de crianças e adolescentes e deve estar preparada para fazê-lo levando em consideração diferenças étnicas e de gênero.

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro por meio do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN) também vem realizando ações de cuidados voltados as mulheres em situações de vulnerabilidades. Tanto a coordenadora quanto as articuladoras regionais do DMIRN têm oferecido uma escuta atenta às



mulheres que chegam até a Federação em busca de apoio, informações e cuidados.

Quando desejado pelas mulheres, as lideranças indígenas do DMIRN fazem o acompanhamento delas até a delegacia e Hospital de Guarnição para a realização de um Boletim de Ocorrência e o Exame de Corpo de Delito, respectivamente. As mulheres também são orientadas e fortalecidas no que diz respeito a suas capacidades em construir e conduzir o próprio bem-estar e o dos filhos, não ignorando que, muitas vezes, as responsabilidades dobram para elas. Importante ressaltar que, quando a mulher deseja fazer uma denúncia, o Departamento Jurídico da FOIRN é acionado para que tenha acompanhamento de uma advogada da Federação durante todo o processo.

Vale reforçar que nos trabalhos e rodas de conversas realizadas com as rionegrinas foi observado que conversar com parentas e redes de amigas para desabafar e encontrar estratégias coletivas de enfrentamentos às violências têm sido fundamentais. A aproximação com outras mulheres e com as práticas e conhecimentos indígenas por meio de benzimentos, plantas medicinais, produção de artesanatos e entendimento sobre quais são os espaços seguros, podem ser recursos interessantes e eficazes para diminuir o sofrimento vivenciado pelas mulheres no Rio Negro.



ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E CONDUÇÃO DE RODAS DE CONVERSAS SOBRE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

Em resposta à demanda de mulheres indígenas que já participaram das iniciativas relatadas acima neste livreto e entendem que o efeito multiplicador da produção de rodas de conversas pode ser potente e transformador, no sentido de promover cuidado e estreitamento de vínculos na direção de fortalecer e ampliar uma rede de apoio, prevenção e enfrentamento à violência de gênero, produzimos um passo a passo para apoiá-las com a abordagem e condução de rodas de conversas em suas comunidades, bairros e vizinhanças.



O roteiro foi elaborado a partir do modelo das rodas já realizadas na região e, sobretudo, a partir da observação e escuta cuidadosa nos momentos de avaliação e análise colaborativa entre pessoas do grupo que compõe a autoria desse livreto e as demais mulheres participantes das iniciativas previamente realizadas. A leitura dessa publicação ou partes dela pode ajudar a estimular a conversa e trocas entre as participantes.

Contudo, vale destacar que esta seção não traz uma fórmula única e exata para lidar com a temática. Pontuamos abaixo algumas propostas, sugestões e cuidados que observamos que vem funcionando durante o trabalho cooperativo que estamos realizando no escopo dessa agenda de enfrentamento à violência de gênero. Há outras formas de fazer e certamente outros cuidados que podem ser acionados.

Primeiro, o convite para a conversa pode ser realizado com o objetivo de abordar o bem-estar das mulheres, compreender quais ações as deixam tristes e em sofrimento, assim como aquelas que trazem conforto e alegria. Esse convite pode ser feito a toda comunidade, para que todos aqueles que valorizam o bem-estar das mulheres do território tenham a oportunidade de aprender e compartilhar experiências de cuidado.

Durante o encontro para a realização da roda de conversa é fundamental combinar com as mulheres sobre a

participação dos homens. Caso se sintam mais confortáveis em realizar a conversa apenas com as mulheres, é importante propor que os homens se juntem em um outro espaço e pensem como podem contribuir com o bem-estar das mulheres.

Sugerimos começar a conversa propondo alguns combinados a fim de manter o espaço seguro e evitar fofocas e desdobramentos que possam prejudicar qualquer uma das pessoas participantes.

Os combinados podem seguir na linha de manter sigilo, confiança e acolhimento. Segue alguns exemplos:

- o que é dito em cada roda deve ser guardado por cada uma das participantes. Os relatos pessoais não podem ser divulgados e nem compartilhados fora do espaço da roda;
- celulares precisam ficar desligados ou fora do espaço da conversa;
- não fazer registros audiovisuais (filmar ou gravar o som) durante as rodas;
- os registros escritos, caso sejam necessários, devem ser feitos sem a identificação dos nomes das participantes e após o consentimento de todas as participantes;
- caso seja necessário produzir um relatório, informar as participantes que esse relatório será produzido, mas não apresentará relatos individuais e nem citará nomes;
- é possível que as situações lembradas e relatadas pelas participantes gerem cansaço, tensões e sofrimento, ou



seja, lembrar, ouvir e expressar sobre violências pode gerar desconfortos em algumas pessoas, daí é importante considerar um tempo de pausa entre os exercícios e reflexões, e garantir que uma dupla ou grupo de pessoas (benzedores, psicólogas) estejam ali preparadas para oferecer um acolhimento individualizado, com escuta cuidadosa e respeitosa.

Também entendemos ser importante iniciar e terminar as rodas de conversas sobre violências com um benziamento. Pode ser interessante solicitar anteriormente que as participantes levem objetos ou utensílios que lhes deem confiança e força.

Se for possível, é interessante e cuidadoso disponibilizar material para elaboração de desenhos, textos, poesias ou músicas. Algumas vezes as pessoas se sentem mais confortáveis para usar outras linguagens, que não a fala, para se expressarem e participarem da roda.

Um exercício de reflexão sugerido é sobre “violência”, porque para cada mulher, povo, comunidade ou família, a violência pode ser entendida e sentida de forma diferente.

Outra abordagem que pode ser bastante produtiva e preparar o espaço de confiança para a troca na roda é iniciar a conversa com uma apresentação e discussão sobre direitos indígenas, direitos coletivos e das mulheres. Nesse sentido, vale contar com a presença de uma ou

mais pessoas experientes no tema de enfrentamento à violência e conhecimento sobre os direitos.

A ideia é que essa pessoa ou o grupo de pessoas possa preparar o campo de troca e expressão das necessidades e cuidados. Mas vale lembrar que não são essas pessoas que trarão as respostas adequadas para as situações vivenciadas nas comunidades e bairros. Como vimos nas seções anteriores deste livreto, o enfrentamento à violência de gênero exige tempo, coragem, uma rede de apoio, cuidados individuais e coletivos e, em vários casos, uma composição de estratégias e dispositivos institucionais para o tratamento integral e das várias pessoas envolvidas.

Deixar nítido para as participantes quais são os objetivos de promover uma roda de conversa também contribui para que o campo de confiança seja estabelecido e as expectativas sejam acolhidas, sem necessariamente o alcance de resoluções. Uma forma de trabalhar essa parte é apresentar os objetivos como propostas logo no início da conversa e fazer uma rodada de falas sobre as expectativas das participantes.

Durante as rodadas de falas, quem estiver facilitando, conduzindo a roda de conversa, precisa estar atenta, evitar interromper e estimular as participantes a se expressarem -- toda história é importante, toda situação relatada contribui de alguma maneira para a construção da rede de apoio e de cuidados. Contudo, pode ser que algumas participantes não queiram se expressar de forma oral e nem



com outras linguagens. Preservar esse silêncio e não insistir é respeitoso e cuidadoso, pois a fala pode reavivar dores e sofrimentos muito delicados. Não querer falar sobre violência ou não querer fazê-lo em público também é importante e é um direito. Uma participante que fica em silêncio contribui e vivencia a roda a sua maneira.

Sendo assim, um dos principais objetivos de uma roda de conversa deve ser o de escutar as participantes. É fundamental que a pessoa que esteja conduzindo a roda de conversa não ocupe o espaço com menções normativas ou com definições de violência. Para o trabalho de enfrentamento às violências contra as mulheres é importante: compreender melhor a situação de violência em cada comunidade; entender quais violências sofrem; o que cada mulher tem para dizer sobre as violências; e como cada uma tem lidado com essas situações de sofrimentos.

Entender as estratégias utilizadas pelas mulheres e as possibilidades de cuidados que há em cada comunidade é também um exercício que vale muito a pena. Compreendemos que há Leis e instituições que têm o objetivo de garantir os direitos e bem-estar das mulheres, mas também sabemos que muitas vezes, especialmente as mulheres que vivem nas comunidades indígenas, não têm acesso a esses serviços. E esses serviços nem sempre estão adequados à realidade dos povos indígenas. Portanto, entender quais estratégias são utilizadas e quais podem ser

fortalecidas e desenvolvidas para o bem-estar das mulheres e uma vida com menos violências é importante para todo o coletivo e movimento indígena de mulheres.

Para cada rodada de falas e ao final da atividade como um todo, é importante que a pessoa que estiver facilitando a conversa faça algumas amarrações das ideias que tenham continuidades, destaque as recorrências relatadas pelas mulheres, estabeleça conexões entre as falas e também estimule novas reflexões a partir do que já foi expressado.

Algumas dicas a partir do que foi observado durante as rodas de conversas já realizadas:

- i. A conversa precisa acontecer o mais livremente possível, com o mínimo de intervenções da pessoa que está conduzindo.
- ii. O trabalho da facilitadora da conversa consiste em favorecer as falas das diversas mulheres, estimular a participação e tentar evitar que uma ou duas pessoas fiquem com a palavra por muito tempo.
- iii. É necessário ter o cuidado de não interromper falas e de estar atenta aos caminhos de elaboração das ideias das participantes.
- iv. Por fim, também é preciso estar atenta para os momentos de encerramento ou de amarração das falas. Pontuar uma ou duas coisas que devam ser discutidas para evitar a disseminação de desconhecimentos ou de afirmações perigosas relacionadas à temática.



PASSO A PASSO PARA REALIZAR RODAS DE CONVERSA SOBRE CUIDADOS E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO RIO NEGRO

Preparativos e cuidados para a roda de conversa

- convites cuidadosos, feitos com antecedência e monitorados para alcançar o público prioritário (se jovens mulheres, mulheres mães de famílias, mulheres em geral) da roda de conversa;
- garantir uma dupla ou grupo de pessoas que possam acolher quem sentir necessidade;
- mapear (quem são e como encontrar) e registrar quem são as pessoas que podem ser acionadas para o grupo de acolhimento e para situações que apareçam nos momentos posteriores à roda;
- organizar material de apoio: publicações já realizadas e material de papelaria para serem utilizados na elaboração de pensamentos, reflexões e expressões;
- preparar um cantinho ou um sistema de revezamento para que as crianças possam ser cuidadas enquanto as mães participam da roda de conversa sem se preocupar com os filhos.



Durante a roda de conversa

- combinados transparentes e pactuados logo no início da atividade;
- deixar nítido quais são os objetivos da roda de conversa. Sugestão de uma rodada de falas sobre expectativas das participantes;
- discussão em pequenos grupos ou individualmente sobre o que é violência e sobre direitos das mulheres;
- organizar pausas longas e alimentação saudável e regionalizada para cuidar do bem-estar de todas as participantes;
- estimular relatos sobre as estratégias utilizadas pelas mulheres e as possibilidades de cuidados que há em cada comunidade;
- atentar para uma divisão de grupos por perfil de mulheres e demais participantes, casadas /solteiras, jovens/ idosas, e outros grupos e perfis;
- facilitação da roda de conversa atenta, produzindo retornos com as conexões de ideias e promovendo novas reflexões, mas sem intervenções e interrupções de falas e sequências de pensamento;
- respeitar silêncios. A expressão de cada participante não é obrigatória, embora todos os relatos sejam importantes e façam parte da elaboração local de cuidados.

REFERÊNCIAS E SUGESTÕES DE LEITURAS

- **Una perspectiva de las Mujeres Indígenas del Río Negro sobre los derechos estipulados en la CEDAW.** Revisión del Brasil. São Gabriel da Cachoeira. Informe apresentado em reunião de revisão da CEDAW pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro; Instituto Socioambiental; Rede de Cooperação Amazônica; Instituto Sobre Raça Igualdade e Direitos Humanos. 2024. Acesso: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/informe-una-perspectiva-de-las-mujeres-indigenas-del-rio-negro-sobre-los-derechos>
- Livro: **As mães do DMIRN.** COSTA, Elizangêla e MELO, Flavia (org), em 2023. Acesso em: <https://dmirn.foirn.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Livro-DMINR-20-anos-Tamanho-original-final.pdf>
- Nota de pesquisa: **Mulheres do rio Negro e seus Cestos de Conhecimentos durante a pandemia de Covid-19.** *Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à covid-19*, vol. 1, n. 5, jun. 2021. Disponível em: www.pari-c.org
- **Tecendo a vida sob braços fortes: caracterização da violência contra mulheres na cidade de São Gabriel da Cachoeira.** MELO, Flávia (org). 2023. Observatório da Violência de Gênero no Amazonas. <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6902>
- Cartilha: **Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia. Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!** MORAIS, Dulce; ALVES, Janete; JARDIM, Grace; SILVA, Dayane; • • SILVA, Elizângela. 2020. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/violencia-domestica-e-violencia-sexual-em-tempos-de-pandemia-redes-de-apoio>

- Dissertação de mestrado: **De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira**. MORAIS, Dulce Meire Mendes. 2022. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do Departamento de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Saúde Pública. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-10032022-172751/pt-br.php>
- Livro: **Cuidados com o uso de bebidas alcoólicas na região do rio Negro**. MORAIS, Dulce (org). 2024. Instituto Socioambiental & Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Acesso em: <https://dmirn.foirn.org.br/projetos-e-parcerias/>
- Livro: **De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro**. LASMAR, Cristiane. 2005. Editora Unesp: <https://books.scielo.org/id/qqhcb>
- **Segurança Pública em Territórios Tradicionais no Estado do Amazonas**. VERDUM, Ricardo; VIEIRA, Renata. 2021.
- Vídeo de entrevista com Julieta Paredes. **Feminismo Comunitário na Bolívia**: https://www.youtube.com/watch?v=QdA_HvSXeqs
- Cartilha: **Violência política de gênero é crime**. Produzida pelo Ministério Público Federal em 2022. https://www.mpf.mp.br/pge/institucional/gt-violencia-de-genero/publicacoes/cartilhas-guias-e-roteiros/Eleitoral_Campanha_Mulheres_na_Poltica_Cartilha.pdf

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cuidados e prevenção no enfrentamento à violência contra mulheres no Rio Negro / Carla Dias ... [et al.] ; [ilustração Larissa Ye'padiho Mota Duarte]. -- São Paulo : ISA - Instituto Socioambiental ; São Gabriel da Cachoeira, AM : Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) ; Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP), 2024.

Outros autores: Dulce Moraes, Elizângela Baré, José Miguel Olivar, Janete Alves Desana, Cleocimara Reis Gomes.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88037-23-2

1. Acolhimento 2. Mulheres - Aconselhamento
3. Povos indígenas - Amazônia - Rio Negro 4. Rio Negro (Amazonas, Brasil) 5. Violência contra as mulheres - Prevenção 6. Violência de gênero
7. Violência doméstica I. Dias, Carla. II. Moraes, Dulce. III. Baré, Elizângela. IV. Olivar, José Miguel. V. Desana, Janete Alves. VI. Gomes, Cleocimara Reis. VII. Duarte, Larissa Ye'padiho Mota. VIII. ISA - Instituto Socioambiental. IX. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). X. Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP)

24-229996

CDD-362.83

Índices para catálogo sistemático:

1. Violência contra as mulheres : Problemas sociais
362.83

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Este livreto é fruto de muitas reflexões e de uma escrita cuidadosa, coletiva e intercultural.

Concepção e escrita:

Carla Dias - Instituto Socioambiental

Dulce Morais - Instituto Socioambiental

Elizângela Baré - Faculdade de Saúde Pública

José Miguel Olivar - Faculdade de Saúde Pública

Janete Alves Desana - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

Cleocimara Reis Gomes - Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro

Revisão do texto:

Vanessa Fernandes - Instituto Socioambiental

Ilustrações:

Larissa Ye'padiho Mota Duarte - Tukano
Graduanda do curso artes visuais na Unicamp

Projeto gráfico e diagramação:

Kath Xapi Puri

ISBN: 978-65-88037-23-2

10



9 786588 037232



Departamento de
**Mulheres
Indígenas**
do Rio Negro/FOIRN

REALIZAÇÃO:



Instituto
Socioambiental



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO



cosmopolíticas
do cuidado no
Rio do mundo

APOIADORES:



USAID
DO BOM DOSS ESTADOS UNIDOS

Google.org